

POLÍTICA

Reunião em Brasília discutirá plano nacional que inclui defesa das crianças do Marajó

Composto por 16 municípios, o Arquipélago do Marajó há décadas tem sido alvo de denúncias de crimes de exploração sexual contra crianças e adolescentes.



O Liberal
11.03.24 22h31

Silvío Luiz de Almeida, ministro de estado dos direitos humanos e da cidadania, e José Alckmin, no dia do lançamento do programa, em Brasília. (PR)

Na próxima terça-feira (12), uma reunião em Brasília abordará a atual situação do **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes** do Governo Federal. Este plano, que engloba ações intersetoriais, incluindo a qualidade da educação e as denúncias de **violência contra crianças e adolescentes no Arquipélago do Marajó**, no Pará, estará em pauta.

VEJA MAIS

Ao lado de Helder, ministros de Lula lançam iniciativas para melhorar qualidade de vida no Marajó

Ministro das Comunicações diz que Belém fará parte da maior rede de internet por fibra do mundo

O conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA), **Cezar Colares**, participará da reunião representando a Corte de Contas, a convite da Secretaria de Articulação Intersetorial e dos Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, juntamente com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Na semana anterior, o TCMPA e o Ministério Público do Estado promoveram uma reunião sobre a realidade da rede de proteção social no Marajó. Entre as propostas do Tribunal de Contas dos Municípios está a articulação de ações conjuntas com o **Unicef** e organizações governamentais e não governamentais atuantes na região.

O **presidente do TCMPA**, conselheiro **Antonio José Guimarães**, expressou o compromisso do órgão em garantir os direitos das crianças e adolescentes no Marajó, evitando que sejam vítimas de crimes e promovendo a comunicação efetiva entre políticas públicas.

“Da mesma forma que estamos atuando há cerca de três anos na área da educação, queremos ajudar a garantir que nossas crianças e nossos adolescentes que vivem no Marajó usufruam dignamente dos seus direitos, não sejam vítimas de crimes e que consigamos ter uma comunicação efetiva entre as políticas públicas de educação, saúde, assistência social e outras e, também, das instituições que trabalham na região, com a otimização de resultados”, disse o presidente do TCMPA.

O conselheiro Cezar Colares destacou três áreas-chave de análise sobre a proteção social no Marajó voltada para a infância e adolescência, incluindo a identificação de casos de abuso e exploração sexual, gravidez na adolescência e seu impacto no abandono escolar.

Entre no nosso grupo de notícias no [WhatsApp](#) e [Telegram](#)